

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**HABITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O BAIRRO RUBEM BERTA
COMO REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS ESPACIAIS DE PORTO
ALEGRE, RS, BRASIL**

Juan Pablo Diehl Severo

Boletim Gaúcho de Geografia, 31: 146-164, out., 2006.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37461/24211>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 2006

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

HABITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O BAIRRO RUBEM BERTA COMO REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS ESPACIAIS DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

Juan Pablo Diehl Severo¹

Resumo

Diariamente milhares de pessoas lutam pelo acesso à moradia. Por consequência, tal acontecimento tem-se tornado cada vez mais conflituoso no espaço urbano. Analisar e caracterizar esse processo em uma cidade latino-americana, como Porto Alegre, RS, Brasil, implica uma tarefa que necessita delimitar, caracterizar e definir quem são os agentes urbanos que se apropriam desse espaço. Sabemos que o Estado possui grande importância e influência no processo de uso e ocupação do solo e que sua atuação através das políticas públicas não é constante no tempo e no espaço. A busca desses processos será evidenciada através de um estudo no bairro Rubem Berta (78.624 habitantes), bairro gaúcho mais populoso. Aparentemente, é um espaço de análise pequeno, mas fecundo em processos que constituem a evolução da questão da habitação na cidade de Porto Alegre.

Palavras chave: Habitação, políticas públicas, Estado, bairro e agentes modeladores.

HABITATION AND PUBLIC POLICY: RUBEM BERTA QUARTER AS AN EXAMPLE OF THE REPRODUCTION OF THE SPACIAL PROCESSES IN PORTO ALEGRE, RS, BRAZIL.

Abstract

Thousands of people fight daily for access to housing, making this process more and more conflictant in urban space. The analysis and characterisation of such process in a Latin American city, as is Porto Alegre, RS, Brazil, implies in delimitation, characterisation and definition of the urban agents involved in the appropriation of this space. The importance and influence of the State in the process of land use and occupation is central. At the same time, public politics are not constant in time and space. These processes will be exemplified through a study of the more populous quarter in Rio Grande do Sul, Rubem Berta quarter with 78.624 inhabitants. A fruitful analysis of the processes that constitute the evolution of the question of the habitation in the city of Porto Alegre stems from the study of this apparently small space.

Keywords: *Habitation, Public politics, State, quarter and agents modellers.*

¹ Geógrafo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e-mail: juanpablosevero@yahoo.com.br

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	N.º 31	P. 146-164	OUT. 2006
-----------------------------------	--------------	--------	------------	-----------

1. Introdução

As transformações proporcionadas pelos agentes modeladores urbanos nas cidades têm ocorrido de forma complexa e acelerada. Esses acontecimentos vivenciados cotidianamente no cenário latino-americano e mundial requerem entendimentos sobre os tempos e espaços que se configuram nessas relações. Dentro desse quadro encontra-se a cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, reconhecida mundialmente por abrigar o Fórum Social Mundial durante quatro edições e pela utilização de instrumentos de participação popular, como: o Orçamento Participativo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e o Congresso da Cidade.

Conforme Censo 2000, Porto Alegre possui 1.360.590 habitantes e, vem se modificando intensamente desde a chegada da imigração açoriana em meados do século XVIII, tendo seu crescimento acelerado pela industrialização tardia da economia nos anos de 1940 e 1950. Essas transformações na capital gaúcha causaram um reflexo social e espacial, pois Porto Alegre atraiu um grande número populacional à procura de trabalho na cidade, motivados, em grande parte, por empregos gerados nos setores da indústria e serviços e pela redução da mão-de-obra no campo devido à utilização crescente da mecanização. Essas migrações trouxeram para a cidade um adensamento e uma necessidade de infra-estrutura para atender essa população que começou a ocupar as zonas periféricas da cidade.

Na tentativa de atenuar esses impactos surgem as políticas públicas de habitação, buscando solucionar um problema estrutural da sociedade brasileira: a não incorporação das classes populares na economia de mercado de produção habitacional. A compreensão sobre a forma de morar e suas repercussões no urbano são fontes importantes na percepção de como uma sociedade aborda a questão da moradia de sua população. De igual importância para essa investigação está a delimitação das estratégias utilizadas pelos diversos agentes modeladores na transformação da terra em mercadoria e a atuação do Estado na promoção de moradias. Compreender esse processo na cidade de Porto Alegre, mais especificamente no bairro Rubem Berta, zona norte da capital gaúcha, significa perceber quais são esses processos que produzem essa conformação e complexidade na sua organização.

O bairro Rubem Berta apresenta uma população de 78.624 habitantes, delimitadas por uma área de aproximadamente 8,7 Km². Através dos números publicados no Censo Demográfico 2000, é considerado o bairro mais populoso do Rio Grande do Sul.

Faço uma análise sobre a questão habitacional, tendo como destaque a atuação das políticas implementadas pelo Estado na tentativa de solucionar a demanda por moradia. Dentro dessa perspectiva, traço as principais características sobre as políticas de habitação, com ênfase

na escala municipal, demarcando as rupturas existentes no pensamento do Estado sobre a questão da habitação representada através de suas políticas habitacionais.

Evidenciar os múltiplos processos que deram origem às formas urbanas presentes no bairro Rubem Berta e a ênfase no papel das políticas públicas de habitação, implantadas pelo Estado será o principal enfoque, mas outras abordagens serão feitas, trazendo pontos interessantes de observação da dinâmica espacial do bairro e da cidade de Porto Alegre. Dentre estes destaque: as extensas áreas de terra com fins especulativos (vazios urbanos) e a criação de loteamentos particulares para a classe média.

2. Agentes modeladores do espaço e a importância do Estado

Os agentes modeladores do espaço apresentam uma significativa importância na modificação das cidades, pelas atuações que geram processos específicos que determinam o uso e a ocupação espacial da sociedade. A cidade, enquanto ambiente construído, pode ser vista como o reflexo de processos que a sociedade estrutura em um determinado espaço. Dentro desse aspecto enfatizo a importância da existência, na maioria das abordagens pesquisadas, da presença do Estado, como agente modelador do espaço.

Além disso, existe uma complementação entre as abordagens dos autores que realizaram pesquisas distintas em espaços diferenciados. Esta riqueza de análise apresentada é importante para o pesquisador da cidade, pois nos fornece subsídios para uma leitura mais efetiva do espaço, ao mesmo tempo em que traz elementos que não estavam visíveis na primeira análise. A identificação e descrição dos diversos papéis assumidos por esses agentes, o estudo detalhado de suas estratégias e as repercussões espaciais resultantes têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores da organização interna das cidades (BAHIANA, 1978; HARVEY, 1980; CORRÊA, 2000, CAPEL, 1974).

Dentro dessas abordagens trago como importante aspecto para análise desse trabalho, o artigo de Pedro de Almeida Vasconcelos (1997) que trata sobre os agentes modeladores urbanos no período colonial brasileiro. Esse artigo apresenta a importância do papel da Igreja na formação do espaço da cidade colonial brasileira, entre outros agentes. Considero pertinente realizar, nesse momento, uma observação no estudo que desenvolvo sobre o bairro Rubem Berta. Nos períodos iniciais de formação dos primeiros núcleos e vilas do bairro Rubem Berta, décadas de 1950 e 1960. Aparece uma forte presença de um homem ligado à Igreja Católica, o Monsenhor Roberto Ludovico Roncato, na construção de infra-estrutura de saúde, educação e segurança e na pressão ao governo municipal da época.

O papel do Estado capitalista enquanto agente modelador do espaço tem produzido, recentemente, diversos estudos não apenas devido às funções cada vez mais complexas que o

poder público vem desempenhando, mas, sobretudo, devido às repercussões sócio-espaciais que as políticas públicas produzem no espaço urbano. Rodrigues (1988, p.20) considera que:

Dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano, destaca-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, luz, telefone e a instalação de redes correspondentes; sistema viário e transporte coletivo; espaços coletivos de lazer e esporte, equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares.

Refletindo esses fatos constata-se a existência de dois entendimentos opostos nas concepções sobre a atuação do Estado. Uma que o considera como um juiz, atuando acima da sociedade, promovendo o bem estar geral através da aplicação da justiça social aos interesses divergentes, e outra que o concebe como dotado da mais absoluta parcialidade no trato das questões sociais, sempre atuando em favor das classes dominantes. Entre essas duas posições conceituais extremas existem, naturalmente, concepções intermediárias próximas que tentam acrescentar outras variáveis de análise (Almada, 1980).

De certa forma, as concepções citadas são insuficientes para explicar o papel do Estado capitalista da atualidade, e por isso, vários pesquisadores vêm tentando compreender a complexa atuação do Estado. Abreu (1980) define três pressupostos para entendimento das relações Estado e Espaço Urbano. O primeiro pressuposto é a capacidade que o espaço tem em refletir a cada momento do tempo, as características da evolução diferenciada das estruturas que compõem a sociedade. O segundo pressuposto trata dos processos e das formas no tempo. Segundo Abreu (1980, p. 58) “se os processos dão ao espaço forma, uma função, uma significação social, este também influencia o desenvolvimento dos mesmos processos no decorrer do tempo, institucionalizando-os ou modificando-os”. Por fim, o terceiro pressuposto é o da não aceitação do Estado enquanto entidade neutra.

Devido ao seu poder de organização e a possibilidade de neutralizar decisões, o Estado pode modificar o uso do solo. Entretanto, a divisão da sociedade em classes, como poder desigual de reivindicação e participação nas decisões que afetam os seus interesses torna bastante diferenciado o atendimento, por parte do Estado, das necessidades das populações urbanas. Minha compreensão sobre o Estado está próxima das levantadas pelos estudos que trazem novas formas de atuação desse agente modelador urbano. Essa nova forma incorpora instrumentos que qualificam as estratégias utilizadas pelo Estado na execução do planejamento do uso e ocupação do solo urbano com incorporação de uma parcela maior da população na decisão do planejamento da cidade e os temas prioritários de investimentos. Exemplos dessas atitudes podem ser visualizados na implantação dos orçamentos participativos, que procuram uma nova forma de participação popular na tomada de decisões do Estado. Esses instrumentos de participação foram temas de pesquisa de Fedozzi (2001), Tartaruga (2003) e Silva (2002).

3. A questão habitacional brasileira e os reflexos a nível local

O primeiro evento desencadeador do problema habitacional brasileiro é a passagem do escravismo para o trabalho livre, onde o preço da terra se definiu originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador à terra. Essa constatação surge a partir do entendimento de que a terra urbana e suas construções são mercadorias na economia capitalista e, também, possuem como característica, um valor de uso e um valor de troca.

Em se tratando da população de baixa renda, o provimento de moradia só se efetiva através da existência de políticas públicas que propiciem a disponibilização de programas, linhas de crédito e acesso à casa própria. Importante fator a ser levado em consideração é que a produção da habitação vincula-se diretamente à possibilidade de seu financiamento. Nesse sentido, desde a década de 1930 já se observam iniciativas estatais, como o direcionamento dos investimentos das “caixas de pensão” e institutos de previdência para a produção de moradias. Em 1923, surgiram as Caixas de Aposentadoria, que concretizaram sua ação somente em 1930. Essa modalidade funcionava a partir dos empregados de uma empresa que organizavam uma caixa comum de assistência, com fundos específicos, que fornecia financiamento aos associados para a construção da habitação.

Em 1933, ocorre a ampliação das funções da Previdência Social, através da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), como produto da organização da classe operária. Esses institutos previam a construção de casas para serem adquiridas pelos assegurados e também construções de habitações para serem alugadas aos mesmos. No Rio Grande do Sul, a primeira realização concreta ocorreu com a construção do Conjunto Residencial do Passo da Areia que foi inaugurado em 1946, criado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. Em 1946, é criada a Fundação Nacional da Casa Popular, subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, constituindo o primeiro passo para centralizar as decisões e recursos nas mãos do Estado e, que seriam utilizados, para oportunizar investimentos do setor privado. Esta Fundação visava propiciar a construção ou aquisição da casa própria, em zona urbana ou rural para as classes populares.

Em 1965, foi instituído o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). Este teve por objetivo orientar, disciplinar e controlar Sistema Financeiro de Habitação, instituído especificamente para promover a construção e a aquisição da casa própria, essencialmente pelas classes de menor renda. Os recursos para o Sistema Financeiro Habitacional seriam provenientes, principalmente de uma contribuição compulsória de empresários e trabalhadores, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da

caderneta de poupança. Toda esta estrutura era mantida, basicamente, com recursos originários do FGTS. Este novo sistema teve como resultado um processo de centralização o qual eliminou a prática de construção de habitação popular por parte de instituições privadas e públicas como, por exemplo, sindicatos e institutos previdenciários, que constituíam formas de alternativas de produção de habitação.

Com a criação do BNH, surgiram no Brasil órgãos com a finalidade de executar a política habitacional como: o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), Companhias de Habitação (Cohab) e Departamento Municipal de Habitação (Demhab). A renda familiar caracterizava a faixa da população atendida pelos diferentes órgãos. A atuação do INOCOOP se restringe às cooperativas habitacionais; a Cohab ao plano estadual a lotes urbanizados e moradias e o Demhab implanta infra-estrutura urbana, equipamentos e moradias nas áreas de periferia da cidade de Porto Alegre.

As Companhias de Habitação (Cohabs) e órgãos assemelhados foram criados, a partir de 1964, com a Lei n. 4.830 de 21 de agosto de 1964. As Cohabs surgiram com a finalidade de se constituírem no braço operacional do Sistema Financeiro de Habitação, executando o papel de agentes financeiros e promotores, estabelecendo-se na qualidade de sociedades de economia mista, com capital originário constituído majoritariamente por recursos do poder público. Tratava-se de uma estrutura subordinada às normas do BNH que traçava as diretrizes gerais e, a nível regional e local, operava através dos agentes financeiros e promotores.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab/RS), subordinada à Secretaria do Trabalho e Ação Social foi criada em 1964, passando a operar em 1965, atendendo às demandas habitacionais em todo o Rio Grande do Sul, através da implantação de núcleos habitacionais. No Rio Grande do Sul, a Cohab solidificou-se em mais de 250 municípios, construindo mais de 110 mil habitações. No que se refere ao tipo de habitação produzido, cabe destacar que, até meados dos anos 1980, a produção de habitação pelo poder público concentrava-se na modalidade de conjuntos habitacionais, que sobrepujava a produção de lotes. Do total de unidades habitacionais financiadas pela Cohab/RS até 1994, Porto Alegre sediou o maior número — 9.678 unidades; seguida pelo município de Canoas com 7.346 unidades.

A partir da década de 1980, o agravamento da crise econômico-financeira do Brasil provocou reflexos negativos no Sistema Financeiro da Habitação, comprometendo-o e reduzindo significativamente seu desempenho. Em decorrência, a arrecadação do FGTS também foi reduzida, causando, em 1986, a extinção do Banco Nacional de Habitação que, sem dúvida, desestruturou o Sistema Federal de Habitação. Em 16 de janeiro de 1995, a Lei n. 10.357 autorizou a liquidação da Cohab/RS e, no dia 14 de março de 1995, o decreto n. 35.840 do Executivo Estadual determinou a dissolução, liquidação e extinção da Cohab/RS.

Vale destacar que a carência de linhas de financiamento à habitação popular gerou a busca de diferentes alternativas ao provimento de moradia à população de baixa renda, mas, sobretudo, ocasionou um processo acentuado de exclusão de um contingente cada vez maior dessa população. Exclusão existente no plano sócio-econômico, de forma mais abrangente, e, no foco específico de análise, exclusão do tecido urbano estruturado e equipado; exclusão da moradia com condições mínimas de habitabilidade, saneamento, infra-estrutura, acesso a equipamentos e serviços urbanos.

Em face desse quadro, a demanda habitacional cresce nas metrópoles brasileiras e as alternativas de produção de habitação para a população de baixa renda são escassas; a iniciativa privada tem produzido sobretudo para as camadas média-alta e alta, através de financiamento bancário. Estima-se que o déficit habitacional seja de 6,6 milhões de unidades habitacionais no Brasil (ABMH, 2004).

4. A habitação em Porto Alegre: necessidade e reivindicação

A primeira preocupação com a necessidade de habitação, do século XX, a nível municipal, data de 1946 com o aparecimento das primeiras favelas. Nessa ocasião foi formada a Comissão da Casa Popular para estudar o fenômeno da marginalidade social. Embora já houvesse, anteriormente, alguns agrupamentos assentados em diferentes locais da cidade, foi nessa data que começou a construção em massa de casas em condições precárias, aglomeradas irregularmente, não obedecendo a alinhamentos ou arruamento em áreas urbanas vazias e sem a autorização dos proprietários das mesmas. O resultado desse estudo foi a criação da *Companhia Materiais Pró-Casa Popular* que fabricava, tijolos, telhas e esquadrias para serem adquiridas pela população trabalhadora.

Em 1949, foi criado o Serviço de Habitação iniciando-se a política de remoção das ocupações irregulares. Além de remover, o Serviço tinha também a função de vender plantas a proprietários de terrenos. “Consta que, em 1949, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre estimulou a população favelada em 15 mil pessoas habitando 12 vilas.” (Porto Alegre, 1982, p. 17). Em 1952, a Prefeitura Municipal preocupada com a proliferação das sub-habitações resolveu constituir uma comissão especial de estudo para analisar e formular proposições adequadas para solucionar o problema, que deveriam ser implantadas pela Superintendência da Habitação, antigo Serviço de Habitação Popular. “O levantamento constatou a existência de 41 núcleos que agrupavam 3.965 barracos, habitados por famílias formadas e residentes na capital (57,6%) e, procedentes do interior (37,5%)” (PORTO ALEGRE, 1982, p. 18).

Em 1952, o Serviço de Habitação foi transformado em Autarquia, passando a denominar-se Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP), para ter maior autonomia face à

problemática social da sub-habitação. Através do DMCP se inicia a construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda, em áreas doadas pela Prefeitura Municipal. Em 1963, com o objetivo de elaborar um Plano Municipal de Habitação para atender aos moradores de sub-habitação, o DMCP resolveu organizar uma pesquisa censitária com o fim de dimensionar e caracterizar esta população de forma a subsidiar o referido plano. “A pesquisa constatou a existência de 11.338 famílias residindo em sub-habitações, num total de 54.169 pessoas” (PORTO ALEGRE, 1982, p. 22).

Para adequar-se ao novo Sistema Financeiro de Habitação, o DMCP, a partir de 1965, passa a denominar-se Departamento Municipal de Habitação (Demhab). Este, em 1969, foi credenciado como agente promotor do Banco Nacional de Habitação (BNH), cuja finalidade era realizar construções de habitação de interesse social para a faixa populacional situada entre um a cinco salários mínimos. Em 1972, este Departamento realizou um levantamento sócio-econômico em todas as áreas de sub-habitação onde se constatou a existência de 124 núcleos, 20.152 unidades e 22.336 famílias vivendo nesses núcleos.

A política de remoção de favelas perdurou por um período significativo e, em 1975, ela começou ser alterada pela implantação do Programa *Pro-Gente*, que tinha por objetivo a melhoria na infra-estrutura nos núcleos de sub-habitação. Neste sentido, o Demhab implantou um projeto de Reassentamento de Favelas, ainda nesse mesmo ano, na vila Santa Rosa. Com a finalidade de oficializar esta política foi criado em 1979 e, regulamentado em 1980, o Promorar - Programa de Erradicação de Sub-Habitação. “Através do levantamento realizado pelo Demhab, foram constatadas no Município de Porto Alegre 146 áreas de sub-habitação com um total aproximado de 38.093 barracos, cuja população estimada gira em torno de 171.419 habitantes”. Destas 146 áreas de sub-habitação, 102 foram caracterizadas como loteamento clandestino surgido por invasão da população” (PORTO ALEGRE, 1982, p. 38).

O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) estima uma demanda de 57.843 unidades habitacionais no período 1996/1997 (PORTO ALEGRE, 1997). O critério utilizado para a quantificação do déficit e da inadequação habitacional é a situação de irregularidade fundiária das unidades habitacionais. Assim, os núcleos e vilas irregulares são aqueles cujos habitantes não são proprietários da terra e não têm nenhum contrato legal que lhes assegure a permanência no local. Esse déficit e a inadequação habitacional foram quantificados por ocasião da realização do “Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre” (Moraes; Anton, 1999). A contagem dos domicílios nesta situação apontou que 73.392 famílias, compreendendo 287.161 pessoas, habitavam um total de 464 núcleos e vilas irregulares.

Atualmente, a cidade de Porto Alegre vem atuando no sentido de estruturar e consolidar uma Política Municipal de Habitação baseada não somente no enfoque da produção da

habitação, mas também na oferta de infra-estrutura básica de serviços e equipamentos e na integração com as políticas sociais de acesso à cidadania, geração de emprego e renda e educação. Como exemplo temos a implementação do *Programa Integrado Entrada da Cidade* que vem sendo executado através de uma parceria da Prefeitura Municipal com empresas privadas para realizar uma modificação na estrutura urbana da entrada da cidade através da remoção de famílias de habitações irregulares para habitações que forneçam melhor qualidade de vida.

Essa constatação pode ser vista através do destaque que tem recebido a habitação nas demandas da população no Orçamento Participativo² de Porto Alegre. Conforme Mello (2002) a habitação em 1992 não constou nas prioridades, mas a partir de 1993 permaneceu entre as três prioridades. Nos últimos anos (2002, 2003 e 2004) aparece como primeira prioridade, evidenciando a preocupação da população da cidade com a questão habitacional.

5. A importância do estudo de bairro

Um dos primeiros trabalhos metodológicos da geografia urbana brasileira que traçam uma conceituação de bairro e que utilizam os bairros do Rio de Janeiro para explicar as estruturas urbanas é realizado por Soares (1958). A autora apóia-se em Pierre Monbeig, para realizar esse estudo. Sua análise enfoca elementos que acredita que definem o bairro: a paisagem urbana (tipos de casa, idade e estilo das construções, disposição das ruas, etc.); o conteúdo social (nível e modo de vida); a função (residencial, comercial, industrial) e o sítio urbano.

Já na pesquisa realizada no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro por Strohaecker (1989) a autora agrega novos subsídios para entender esse espaço, pois afirma que o bairro é ao mesmo tempo uma realidade objetiva e subjetiva, que tanto pode ser caracterizada por elementos como o sítio, a população e a configuração espacial, quanto pelo sentimento coletivo de seus moradores de pertencerem e dominarem a mesma porção do espaço. Essas afirmações vão ao encontro das abordagens sociológicas de Maffesoli (1998) e Mayol (1996).

O primeiro aborda a noção de bairro, evidenciando características dessa unidade, procurando articular os aspectos objetivo e subjetivo do bairro, com as sociabilidades presentes nele. O segundo une duas abordagens: a sociologia urbana de bairro (dados quantitativos, relativos ao espaço e arquitetura; imposições materiais e administrativas que entram na definição do bairro) e a análise sócio-etnográfica da vida cotidiana. Para esse autor, o entendimento do bairro encontra-se ligado ao cotidiano das pessoas que vivem em um certo espaço da cidade.

² O Orçamento Participativo ocorre em Plenárias Regionais na cidade (16 regiões em Porto Alegre). Após as decisões regionais ocorre uma Plenária Geral de todas as regiões para definição das três prioridades que funcionarão como eixos para a alocação de recursos por parte da Prefeitura.

Nesse sentido, em publicação recente o geógrafo Rogério Haesbaert (1999) apresenta o bairro como um espaço que se torna referência para a constituição de um imaginário que define qual a “essência” de cada uma das porções do território urbano. Segundo o autor, existem bairros que se salientam pela dominância do aspecto econômico, outros pela atividade cultural, outros pela organização comunitária dos moradores. Estes sempre têm como referência, seja ela positiva ou negativa, o seu bairro. É uma denominação importante para que o morador possa identifica-se com as relações urbanas ali existentes.

Como concretização dessas abordagens a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre desenvolve através do Centro de Pesquisa Histórica (CPH) um projeto denominado *Memória dos Bairros*³. A importância desse trabalho de resgate histórico sobre os bairros está na forma de construção desse projeto fundamentado na história oral dos moradores que vivenciam cotidianamente o bairro e documentos que auxiliam no entendimento dessas histórias. Desde o seu surgimento com a publicação da primeira obra sobre o bairro Restinga, somam-se catorze publicações que cobrem um panorama da cidade de Porto Alegre. O nascimento de um livro do projeto Memória dos Bairros, se dá através da demanda da comunidade, que por meio do Orçamento Participativo, exprime seu interesse em reconstruir sua história.

De modo semelhante, desde o mês de outubro de 2003, o jornal *Zero Hora*, tem publicado no Caderno de Imóveis, matérias contendo como assunto, os bairros de Porto Alegre, porém com um enfoque comercial. Basicamente, a estrutura de apresentação da matéria não mudou desde a sua criação. É informada a infra-estrutura que o bairro possui, como: postos de saúde, supermercados, escolas, etc; um infográfico de localização; situação das ofertas de imóveis e histórias de moradores. O bairro Rubem Berta que está sendo analisado nesse trabalho foi focado em matéria do dia 18.01.2004 sob o título: “Opostos reunidos” destacando a presença de grande concentração populacional e a tranquilidade das ruas do bairro.

Não posso deixar de destacar dados importantes sobre esse último ponto: a tranquilidade. São diversas as inserções de notícias sobre o bairro Rubem Berta na mídia. Tomando-se como exemplo esse mesmo jornal são inúmeras as aparições do bairro na parte destinada aos informes policiais, como do dia 06.12.2003 sob o título “Mistério em morte de rapaz na Capital” ou “Ex-invasores contra novos invasores” do dia 26.01.2002. Não é intenção desse artigo se estender nessa análise, mas considero relevante demonstrar a participação da mídia na formação da opinião sobre os espaços da cidade. No primeiro caso, o informe comercial imobiliário destaca a

³ Segue a listagem dos trabalhos publicados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em ordem cronológica: Restinga, Vila IAPI, Vila Nova, Grande Santa Rosa, Grande Glória, Belém Velho, Arquipélago, Morro Santana, Bom Jesus, Chácara da Fumaça, Lomba do Pinheiro, Belém Novo, Petrópolis, Passo das Pedras e Cristal.

tranquilidade (referência positiva) e nas duas matérias sobre violência no bairro (referência negativa).

6. Apresentando o bairro Rubem Berta

Criado pela Lei Municipal n. 3159 de 09 de julho de 1968, o bairro compõe-se de complexos e heterogêneos espaços que o tornam singular na cidade de Porto Alegre. Esse bairro, predominantemente residencial tem seus primeiros loteamentos implantados na década de 1950 e as primeiras ocupações em meados dos anos 60. Nesse período, essa região era considerada rural pela legislação vigente. Antes da sua ocupação, esteve ligada a propriedades agrícolas, principalmente na criação de vacas para produção de leite.

A denominação Rubem Berta⁴ não agrega um único entendimento do que vem a ser esse bairro, uma vez que comporta mais de uma especificidade. As diferentes denominações que surgiram dentro do bairro (Tabela 1) são resultados da implantação de diversos loteamentos que o bairro teve, desde 1950 e mais intensamente na década de 1980 com a criação dos conjuntos habitacionais, principalmente, o Conjunto Habitacional Rubem Berta.

Tabela 1. Vilas e Ocupações que compõem o bairro⁵

⁴ A lei que regulamenta os limites do bairro, por ser antiga, como dos demais bairros de Porto Alegre, ocasiona uma desconformidade entre os limites e a malha viária. Para tentar corrigir essa distorção tramita na Câmara de Vereadores um projeto de compatibilização dos bairros com as *Regiões de Planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental* e as *Regiões do Orçamento Participativo* de Porto Alegre.

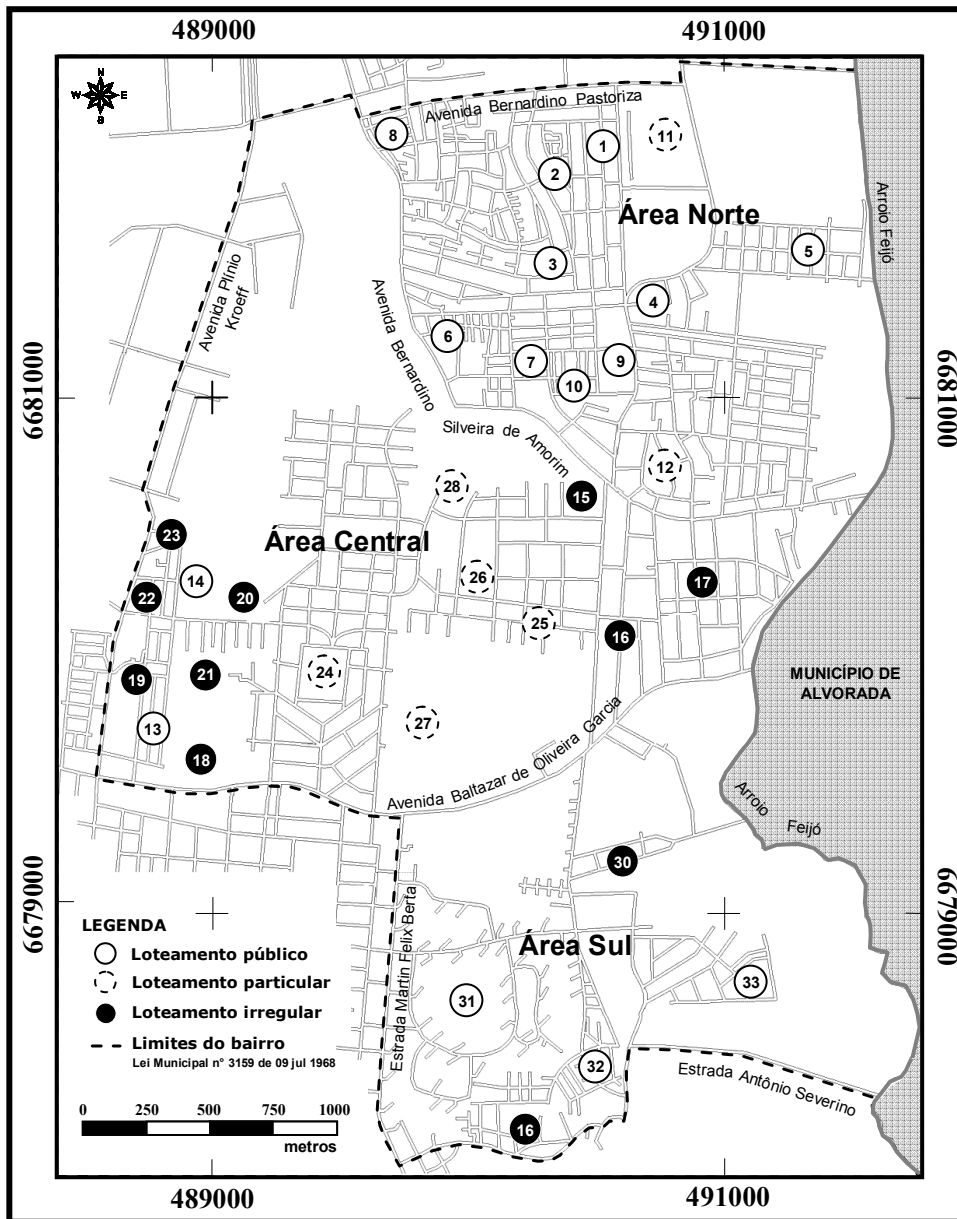
⁵ Para construção da tabela “Vilas e ocupações que compõem o bairro” foram utilizadas publicações técnicas da Prefeitura de Porto Alegre, principalmente, a pesquisa do Departamento Municipal de Habitação. Essa publicação traça um breve histórico das ocupações, datas de implantação, situação da propriedade, limites da ocupação. (Moraes, 2003). As informações possuem uma estrutura de apresentação, em que aparecem o nome e ano da vila ou ocupação e o principal agente na sua constituição ou consolidação.

Vila ou Ocupação	Ano	Principal agente	Área
1. Vila Santa Rosa	1959	Demhab (Estado)	Norte
2. Vila Triângulo	1966	Demhab (Estado)	Norte
3. Vila Nova Santa Rosa	1971	Demhab (Estado)	Norte
4. Vila Dois Toques	1976	Demhab (Estado)	Norte
5. Vila Nova Gleba	1980	Demhab (Estado)	Norte
6. Conjunto Residencial Jenor Jarros	1984	Demhab (Estado)	Norte
7. Vila Dutra Jardim	1984	Demhab (Estado)	Norte
8. Vila Páscoa	1987	Demhab (Estado)	Norte
9. Conjunto Residencial Guapuruvú	1988	Demhab (Estado)	Norte
10. Vila Fraternidade	1988	Demhab (Estado)	Norte
11. Conj. Residencial Fernando Ferrari	1987	Particular	Norte
12. Parque dos Maias	1987	Particular	Norte
13. Conjunto Residencial Costa e Silva	1980	Cohab/RS (Estado)	Central
14. Loteamento Santa Maria	2000	Demhab (Estado)	Central
15. Vila Diamantina	1970	Ocupação irregular	Central
16. Vila Nossa Senhora de Fátima	1972	Ocupação irregular	Central
17. Vila Max Geiss	1975	Ocupação irregular	Central
18. Loteamento Jardim do Sol	2001	Ocupação irregular	Central
19. Loteamento Residencial São Pedro	2001	Ocupação irregular	Central
20. Loteamento Parque das Laranjeiras	2002	Ocupação irregular	Central
21. Loteamento Santa Clara	2002	Ocupação irregular	Central
22. Vila Amazônia	2002	Ocupação irregular	Central
23. Vila Vitória da Conquista	2002	Ocupação irregular	Central
24. Parque Santa Fé	1979	Particular	Central
25. Jardim Alpino	1981	Particular	Central
26. Jardim Madepinho	1981	Particular	Central
27. Loteamento Colinas do Santa Fé	2001	Particular	Central
28. Loteamento Parque Imperatriz	2001	Particular	Central
29. Vila Batista Flores	1951	Ocupação irregular	Sul
30. Vila Alexandrina	1970	Ocupação irregular	Sul
31. Conjunto Residencial Rubem Berta	1981	Cohab/RS (Estado)	Sul
32. Loteamento Wenceslau Fontoura	1992	Demhab (Estado)	Sul
33. Loteamento Timbaúva	1998	Demhab (Estado)	Sul

Fonte: Elaboração própria

Especialmente podemos distribuir o bairro em três áreas (Figura 1): Áreas Norte, Central e Sul. Essa divisão se dá pela centralidade de dois eixos viários: as avenidas Bernardino Silveira de Amorim e Baltazar de Oliveira Garcia. A área Norte está compreendida entre a avenida Bernardino Silveira Pastoriza, o Arroio Feijó e as avenidas Bernardino Silveira de Amorim e Plínio Kroeff; a área Central está compreendida entre a avenida Bernardino Silveira de Amorim, o Arroio Feijó e as avenidas Baltazar de Oliveira Garcia e Plínio Kroeff e a área Sul - compreendido entre a avenida Baltazar de Oliveira Garcia, o Arroio Feijó, a Estrada Antônio Severino, o limite sul do bairro e a Estrada Martin Felix Berta.

Figura 1. Vilas e Ocupações do bairro Rubem Berta: ênfase na delimitação dos principais agentes urbanos na constituição ou consolidação



Organizado por Juan Pablo Diehl Severo (2005) a partir de mapas do Programa Estatcart (Sistema de Informações Georreferenciadas) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e relatórios técnicos sobre habitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Historicamente, essa região apresentava números populacionais pouco expressivos devido à dificuldade de deslocamento até o centro ou outras regiões da cidade. A complexa ocupação do bairro acompanha a evolução da malha urbana e a inclusão da periferia no mercado de terras. Esse processo de deslocamento dos investimentos dos setores públicos e privados para as regiões periféricas da cidade ocorreu devido à escassez de terras em áreas do centro e a grande disponibilidade de terras baratas na periferia da cidade.

A população até 1980 encontrava-se, reduzida, mas com a divulgação do Censo Demográfico de 1991 pode-se visualizar o aumento populacional que ocorreu no bairro. No

Censo Demográfico de 1980, os dados indicam uma população de 28.528 habitantes. Já no Censo Demográfico de 1991, a população atinge 71.552 habitantes. Esse aumento deve-se, principalmente, aos inúmeros fatos que ocorreram a partir da década de 1980 como, por exemplo, a ocupação dos prédios no Conjunto Habitacional Rubem Berta e o surgimento de ocupações no entorno desses loteamentos pela falta de espaço para todos os que tentavam buscar uma habitação. Em 2000, essa população é de 78.624 habitantes.

Possui em sua estrutura viária, um eixo importante que o corta no sentido leste-oeste, que é a Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, essa é uma avenida responsável pela ligação com o município de Alvorada. Outra característica recente no espaço do Rubem Berta é o início da construção no final do ano de 2003 do Complexo Cultural do Porto Seco, lugar destinado, prioritariamente, a apresentação das entidades carnavalescas nos desfiles de carnaval — esse espaço já foi utilizado nos anos de 2004 e 2005. O complexo recebe esse nome, pois nessa área do *Porto Seco* é onde se concentram diversas empresas de transportes de carga que funcionam como um entreposto entre as mercadorias que chegam a Porto Alegre por via rodoviária e a distribuição para o restante do estado ou dentro da própria cidade.

6.1 Surgimento e consolidação das primeiras ocupações do bairro

Os processos de ocupação do Rubem Berta tiveram início nos núcleos da Vila Santa Rosa (1959) e da Vila Batista Flores (1951). A escolha das famílias de baixa renda pelas regiões periféricas se deu pelo menor preço da terra, em comparativo, com áreas do centro da cidade. Nos primeiros anos, após as primeiras grandes ocupações do bairro, as políticas públicas concentraram-se nas soluções de problemas de reassentamento no próprio local da ocupação como o caso da Vila Santa Rosa, através do Programa Pró-Gente. Esse processo de reassentamento de famílias no próprio local da ocupação iniciado pela Prefeitura ocasionou uma necessidade de criação de novas políticas para a área de habitação. Não era mais possível atacar somente as conseqüências, mas sim os problemas das estruturas injustas da sociedade para acesso à terra.

Uma ocupação interessante que ocorreu no bairro foi a constituição da Vila Nova Santa Rosa. Esse loteamento foi realizado em 1971 pelo Professor Ramos morador da região que fez uma busca nos registros de terras e descobriu que grande parte das terras encontrava-se a mais de vinte anos sem pagamento de impostos. Através de um processo de usucapião conseguiu as terras e realizou o loteamento para inúmeras famílias que vieram de diversos pontos da cidade. Com o êxito desse processo, diversas famílias se dirigiram para essa região procurando um lugar para moradia, como não houve lugar para todos iniciou-se o processo de ocupação de lugares

destinados a praças e espaços de lazer. Um desses casos foi da Vila Triângulo que surge da ocupação de uma praça projetada no Loteamento Nova Santa Rosa.

Outra característica marcante dessas vilas e ocupações é a presença de uma comunidade organizada que desde as primeiras ocupações se apresenta como pioneira na efetivação de associações e entidades de defesa aos direitos básicos do cidadão, sejam eles: educação, moradia, etc. Essa área, que compreende diversos espaços heterogêneos, tem no nome *Santa Rosa* um elemento de identidade que identifica os moradores. Essa constatação pode ser visualizada na publicação do Projeto *Memória dos Bairros*, (Porto Alegre, 1993) em que a comunidade solicitou a realização do histórico das ocupações desta região, abrangendo o sentido *Grande Santa Rosa*. A publicação apresenta o surgimento da Vila Santa Rosa (1959) como uma das primeiras aglomerações numerosas do bairro. Em 1938, com a abertura da rodovia BR-116 (concluída no final dos anos 40) define-se a região norte da cidade como seu principal eixo de expansão.

6.2 Mudança dos loteamentos horizontais para verticais

No intuito de realizar uma política de construções de moradias populares, começaram a surgir decretos de desapropriação de grandes proprietários de terra por parte da Prefeitura de Porto Alegre que tentava suprir uma demanda de infra-estrutura básica da população que se instalava nessa parte da cidade. Com a redução das áreas para desapropriação e os seus altos custos, a Prefeitura resolveu investir em uma nova política de construção de moradias: os conjuntos habitacionais verticais. Nesse sentido, surgem os conjuntos: Nova Gleba (1980), Jenor Jarros (1984) e Guapuruvú (1988). Uma exceção no surgimento de conjuntos verticais é a implantação pela Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (Cohab/RS), no limite oeste do bairro, do Conjunto Habitacional Costa e Silva (1980) que possui uma característica incomum na implantação de empreendimentos da Cohab: a construção de casas. Cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que a prefeitura cria esses espaços de moradia, ocorrem processos irregulares de ocupação de terras próximos aos loteamentos.

6.3 O conjunto Residencial Rubem Berta

O conjunto habitacional que dá nome ao bairro oficial é composto por 39 prédios com 128 apartamentos cada. Esse conjunto recebeu maior atenção da mídia quando, em 1987, ocorreu uma grande ocupação dos prédios que estavam sendo construídos pela Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (Cohab/RS). Isso ocorreu principalmente devido à demora para entrega dos edifícios que tiveram seu início de construção no final da década de 1970. Na época da ocupação apenas 1280 apartamentos estavam prontos e acabados dos 4992 apartamentos.

Estima-se que cerca de 20 mil pessoas ocuparam os 3714 apartamentos que se encontravam em grande parte em fase de construção. Alguns desses edifícios sem a presença de escadas entre os andares. O Conjunto Residencial Rubem Berta foi amplamente estudado por Rigatti (1999) em seus estudos sobre a modificação entre o projeto proposto e as transformações morfológicas que o conjunto sofreu durante os vários anos. Alguns poucos anos atrás a Caixa Econômica Federal em parceria com a Prefeitura conseguiu fazer a regularização de alguns apartamentos.

6.4 A construção dos loteamentos horizontais no bairro

A construção de loteamentos horizontais no bairro, no início da década de 1990, é reflexo do baixo custo das construções horizontais comparadas ao preço da terra que era pago no período em que houve grandes desapropriações de terra, bem como a tecnologia de construções com materiais alternativos para redução de custos. Essas modificações têm se apresentado na implantação dos Loteamentos Wenceslau Fontoura (1992), Timbaúva (1998) e Santa Maria (2000). Esses loteamentos são assentamentos que refletem uma nova visão sobre os problemas de habitação na cidade. As políticas atuais de implantação dos loteamentos procuram reunir dentro de um assentamento possibilidades de trabalho, educação, saúde e lazer para a população que lá se encontra. Por exemplo, no loteamento Wenceslau Fontoura localiza-se a Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, uma das dez Unidades de Triagem de resíduos sólidos urbano de Porto Alegre. O mais recente loteamento público do bairro é o Santa Maria, localizado entre a Avenida Plínio Kroeff e o Parque Santa Fé. Apoiados na leitura do mapa (Figura 1) e da tabela (Tabela 1) podemos visualizar que após a sua implantação segue-se uma intensa ocupação de seu entorno. Atualmente, essas áreas encontram-se sem um processo de regularização fundiária pela Prefeitura e existem processos que buscam a remoção dessas populações.

6.5 Os vazios urbanos no bairro e os loteamentos particulares

Outro destaque no bairro é a presença de grandes extensões de terra, principalmente, na faixa que vai da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia até o Conjunto Habitacional Rubem Berta, e uma grande extensão de terras que margeia a Avenida Bernardino Silveira Amorim na sua porção sul. Quanto às atuações dos agentes particulares, podem ser vistas através da implantação de dois conjuntos residenciais destinados na sua concepção para uma classe média baixa que busca, através da moradia na periferia, um preço menor para aquisição da casa própria, sendo eles: o Conjunto Residencial Fernando Ferrari (1987), construído pela Habitasul e o Conjunto Residencial Parque dos Maias (1987), construído pela Construtora Guerino, que foi a principal empresa particular a atuar no bairro na implantação de diversos loteamentos, hoje representada pela Construtora Ediba S.A.

Com o surgimento desses novos loteamentos, o interesse dos proprietários de terra e dos promotores imobiliários volta-se para essa região, pois a infra-estrutura básica começava a ser montado pelos empreendimentos do Estado. Dessa fase, surge o loteamento do Parque Santa Fé (1979). Esse loteamento se formou pela compra de lotes urbanizados e a construção, predominantemente de moradias. Dentro do bairro oficial é a área que apresenta o maior valor no preço da terra. Nesse processo, também surgem os loteamentos particulares e as construções para a classe média. Como exemplos têm: o Loteamento Parque Imperatriz e o Loteamento Colinas do Santa Fé. Uma característica dos loteamentos particulares é a venda do lotes urbanizados (infra-estrutura básica) sem a presença de casas.

7. Considerações Finais

Esse trabalho aponta para algumas constatações e caminhos investigativos futuros que se tornam importantes para o entendimento da dinâmica do bairro e da cidade de Porto Alegre. A apresentação dos loteamentos públicos, particulares e ocupações irregulares através da tabela e do mapa nos fornece um panorama da evolução na ocupação do bairro Rubem Berta. São nítidas as ocupações irregulares que se sucedem após a construção de loteamentos pela Prefeitura de Porto Alegre. Esse é o caso do Loteamento Santa Maria (Área Central) construído no ano de 2000 pela Prefeitura que depois passou por um processo intenso de ocupações irregulares em áreas adjacentes.

Esse processo pode ser visualizado em diversos momentos na constituição dos loteamentos do bairro que se configura dessa forma: existe a criação de um loteamento pelo poder público, após ocorre uma ocupação de áreas adjacentes ao loteamento e depois ocorre um processo de regularização fundiária da prefeitura para resolver os problemas causados pelo excesso de população trazido pela criação de um loteamento. Em certa época, a política era de remoção das famílias sem definição e solução dos problemas de moradia até ocorrer uma mudança de política para a regularização das ocupações diretamente nas áreas ocupadas. Atualmente, ocorre uma tentativa por parte da Prefeitura em solucionar ou atenuar o problema habitacional com a construção de loteamentos públicos. Desse modo se configura no bairro uma nova fase: o encontro de áreas pela Prefeitura para criação de novos loteamentos públicos e a utilização de instrumentos previstos no Plano Diretor Urbano e Ambiental para coibir a especulação da terra urbana pelos proprietários fundiários.

8. Referências

ABMH. Associação Brasileira de Mutuários da Habitação. **Manual da casa própria**. Brasília: Associação Brasileira de Mutuários da Habitação, 2004.

- ABREU, Maurício de Almeida. Estado e Espaço Urbano: uma abordagem histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4º, 1980, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AGB, 1980, p. 58-72.
- ALMADA, Ayrton Teixeira. O Estado capitalista e o uso do solo urbano. . In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4º, 1980, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AGB, 1980, p. 53-57.
- BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha. Agentes modeladores e uso do solo urbano. In: **Boletim Paulista de Geografia**. v. 19. São Paulo: AGB, 1978, p. 53-62.
- CAPEL, Horacio. **Agentes y estrategias en la Producción del Espacio Urbano Español**. Geografía. n.VIII, 1972, p. 19-55.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FEDOZZI, Luciano Joel. **Orçamento participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. 3.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos. In: MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de (org.). **A invenção cotidiana**: Morar, cozinhar. v. 2. Trad. Ephaim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-109.
- MELLO, Maria Gabriela Isasa de. Uma leitura da cidade: prioridades de demandas do Orçamento Participativo. In: **Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre**. Porto Alegre, ano 4, n. 4, p.27-80, fev. 2002.
- MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio. **Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/Demhab, 1999.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Sub-habitação**: um estudo preliminar. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Municipal, 1982.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. **A Grande Santa Rosa**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Realidade e Política habitacional**. Porto Alegre: PMPA/Demhab, 1997.
- RIGATTI, Décio. **Conjunto Residencial Rubem Berta**: Ordem Projetual e transformações Morfológicas. Paisagem urbana. São Paulo, n.12, p. 29-68, dez. 1999.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e exclusão**: os movimentos sociais urbanos e a experiência da participação na gestão municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- SOARES. Maria Therezinha de Segadas. **Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia. v. 27, n. 3, p. 359-387, 1965.
- STROHAECKER, Tânia Marques. **Bairro de São Cristóvão**: de arrabalde aristocrático a periferia do centro. 1989. 210p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- TARTARUGA, Ivan Gerardo Peyre. **O orçamento participativo de Porto Alegre**: lugar e território do cidadão? 2003. 104p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). **Explorações Geográficas: percursos do fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.